

SismMando



Gestão FIRMES! A Luta Muda a Vida 2018-2020

www.sismmar.com.br

Mala Direta
Domiciliária
#0188.737/0001-7500598
SISMMAR
Cobrança
Inscrição nº 112/18, Art. 40, LII

Prefeito milionário, queremos nosso salário!

O que queremos A resposta do governo

Reposição da inflação, de 2,71%	0%
Reposição das perdas históricas de 6,94%	0%
Aumento real de 3,9%	0%
Reajuste mínimo de R\$ 100 no Vale-Alimentação	NÃO
Pagamento dos valores do vale não pagos em 2017	NÃO
Regularização dos avanços não pagos	NÃO
Incorporação do abono retirado dos aposentados	NÃO

Hissam ataca servidores e desmonta o serviço público

Os serviços prestados à população não são preocupação do governo Hissam. Na sua visão de empresário, o poder público deve servir ao capital, deixando de lado os interesses dos trabalhadores e de toda a população.

É a ideologia neoliberal do estado mínimo, que persegue o servidor público com o objetivo de precarizar e, na sequência, privatizar os serviços de saúde, educação e demais.

Assim, na mesma linha de atuação de desmonte observada nos governos federal e estadual, o governo municipal promove retrocessos na educação e achata os salários dos professores e de todos os servidores.

Servidores não aceitam reajuste zero e podem ir à greve

Os servidores do serviço municipal já não suportam mais os constantes ataques aos seus vencimentos e aos seus direitos.

Ao negar o reajuste aos servidores, com a absurda proposta de ZERO, o prefeito claramente demonstra total indiferença às suas condições de vida.

Já acumulamos perdas com reposições abaixo da inflação. Não vamos aceitar mais essa afronta!

Estamos na luta pelos nossos direitos!

Vamos participar da mobilização e orga-

nizar a nossa ação rumo à greve, se não houver avanço!

Participe!

13 de junho, quarta-feira

Atrasos na entrada das unidades com panfletagem junto à comunidade

Às 15 horas, concentração na Prefeitura para pressionar pela negociação

14 de junho, quinta-feira

ASSEMBLEIA unificada para avaliar as negociações e deliberar sobre **GREVE**, 17h, no Salão N. Sra. dos Remédios, Centro, Araucária.

Ataques contra professores e a educação

- ☞ Corte do período integral da Educação Infantil
- ☞ Aumento do número de crianças nas turmas da Educação Infantil e nos anos iniciais
- ☞ Sem planejamento estratégico, passa turmas e escolas ao Estado, sem preocupação com os alunos das séries finais do Ensino Fundamental
- ☞ Com isto, coloca em risco o futuro da carreira dos professores da Docência II
- ☞ Adota concepções retrógradas da educação para cortar direitos e ameaçar as carreiras das pedagogas
- ☞ Endossa o casuísmo de Olizandro para manter congeladas as carreiras da Docência I
- ☞ Quer mudar a lei de eleição de diretores para ter o controle sobre as escolas
- ☞ Só não se apropriou do dinheiro do FPMA porque os servidores resistem de maneira organizada
- ☞ Agora, Hissam quer congelar os salários e retirar direitos do PCCV

PCCV

Sismmar defende Cargo Único para magistério

A proposta parte do princípio de que regentes das Docências I e II e pedagogos são todos professores

O Sismmar está realizando estudos e defende a definição de cargo único, no plano e carreira, para se atuar no magistério.

A aprovação da LDB em 1996 deu novo rumo à organização dos sistemas de ensino. A lei estabeleceu que a atuação dos professores deveria exigir formação superior. Tanto a quem já atuava na rede, tendo ingressado com formação de nível médio, como para novos contratados.

A lei também passou a convergir as atuações de pe-

dagogos e de docentes para buscar unidade no fazer pedagógico.

Dentro desta conjuntura, a discussão de um cargo único para todos os segmentos do magistério se fez presente desde antes da aprovação do atual plano de carreira, que ocorreu em 2008.

A própria designação do cargo de "profissional do magistério" adotada no PCCV foi uma maneira encontrada para unificar as carreiras e respeitar as especificidades de docentes e pedagogos.

As duas tabelas salariais

com os mesmos valores foi um expediente usado para unificar os vencimentos sem deixar brechas para questionamentos legais de transposição de cargos.

Mesmo assim, desde a aprovação do PCCV, os sucessivos governos Zezé, Olizandro e Hissam têm buscado interpretações inventivas e retrógradas para negar direitos. Foi assim com professoras/es da Docência I, que tiveram a carreira congelada. Também ocorre com pedagogos/as, que têm o direito à aposentado-

ria especial negado. E agora sofrem ameaça de ter seu cargo considerado técnico, rompendo com o conceito de unidade pedagógica consolidado após a LDB.

Portanto, o PCCV não é em si um problema para o poder público e para o magistério, embora ele tenha pontos a se corrigir. Problemáticas têm sido as interpretações costumeiramente mal intencionadas que são dadas ao PCCV.

Para superar esta situação, o Sismmar está promovendo estudos para estabele-

cer o cargo único no plano de carreira.

A campanha parte do princípio de que regentes de sala, tanto da Docência I como Docência II, mais os pedagogos são todos professores.

De todos esses profissionais é exigida formação em nível superior, com curso de Magistério e/ou Licenciatura. Todos têm atuação integrada e a mesma responsabilidade educacional.

Portanto, todos devem ter a mesma carreira e os mesmos direitos.

Docentes + Pedagogas/os + Educadoras/es
#SomosTodosProfessores

Jurídico

Assessoria informa sobre ações encaminhadas

Desde o mês de maio, a direção do Sismmar e sua assessoria jurídica vêm promovendo encontros na sede do sindicato para informar o magistério sobre o andamento de processos judiciais grande interesse para a categoria. Confira os principais temas tratados recentemente.

Gratificação de Ensino Especial

No dia 14 de maio, profissionais do magistério reuniram-se no sindicato para receber informes sobre o pagamento de valores decorrentes da sentença que condenou o Município a pagar 10% da gratificação de Ensino Especial.

Das 85 profissionais que têm valores a receber neste processo, 14 já conseguiram sacá-los. Com relação às 71 demais servidoras, os recursos foram depositados em juízo pelo Município em valor menor do que o devido.

A direção sindical e a assessoria jurídica buscarão diálogo com o juiz responsável pelo caso para explicar a situação das profissionais que há mais de 6 meses aguardam para receber os valores a que têm direito.

Congelamento da carreira da Docência I

No dia 23 de maio, estiveram no sindicato, para tratar de questão jurídica, professores da Docência I que estão no nível I da carreira porque não tiveram reconhecida a formação superior.

ção apresentada (graduação, especialização, mestrado ou doutorado). O processo está pronto para ser julgado.

Esta questão faz parte da pauta do Magistério. O Sism-

mar quer a revogação do parecer da PGM, que misturou a promoção vertical do atual PCCV com a promoção diagonal de plano anterior para alegar transposição de cargo.

Reenquadramento de aposentados/as

O processo que trata disto abarca todos os profissionais da Docência I. Desde 2013, eles têm o pedido de promoção vertical indeferido sob o argumento de que se trata de transposição de cargo, independente da titula-

ção apresentada (graduação, especialização, mestrado ou doutorado). O processo está pronto para ser julgado. Esta questão faz parte da pauta do Magistério. O Sism-

Já há duas decisões favo-

ráveis às professoras, da Vara da Fazenda Pública de Araucária e do Tribunal de Justiça do Paraná. No entanto, em março deste ano, o Município de Araucária recorreu novamente da decisão.

Pedagogas

Para FPMA, mudar nome do cargo permite aposentadoria especial

As negociações para se dar uma solução ao impasse da carreira das pedagogas tiveram continuidade em 25 de maio.

Na ocasião, foi solicitado ao FPMA um estudo sobre o impacto atuarial e financeiro com a aposentadoria especial desse segmento. O estudo foi feito e apresenta dados importantes.

Hoje, 8 pedagogas já podem requerer a aposentadoria pela regra geral. Caso a al-

teração ocorra, aumenta para 42 as profissionais com direito à aposentadoria especial.

Em consequência, haverá impacto de aproximadamente 20 milhões no déficit atuarial do fundo. Este valor deverá ser contemplado pelo plano de equacionamento em vigor.

Para o FPMA, a alteração da nomenclatura garante o caráter pedagógico do cargo e possibilita o reconhecimento do direito.



Cargo Único

Governar para quem?

Governantes deveriam ouvir a população e os servidores, visando atender às necessidades populares

Em consonância com o projeto de desmonte das condições da classe trabalhadora, o prefeito Hissam nega-se a atender a pauta dos trabalhadores do município. Os sindicatos Sismmar e Sifar, junto a alguns servidores, estiveram em reunião com o governo no dia 4 de junho e a resposta foi igual para todas as reivindicações: zero!

Esta postura torna evidente a conformidade da política local com as adotadas nos planos estadual, por Beto Richa, e federal, por Michel Temer, de retirada e congelamento de direitos daqueles que derramam seu suor diariamente.

Ao atacar os servidores, Hissam demonstra também seu descaso com a população araucariense. São os servidores que estão no dia a dia em contato direto com a população, nas escolas, postos de saúde, CRAS, segurança, entre tantos outros serviços prestados. Sem condições adequadas de atendimento,

sem valorização, trabalhando por si e por mais dois ou três, visto que faltam funcionários, como é possível garantir a qualidade do serviço?

Em contraposição a toda esta situação, investimentos são feitos para privilegiar interesses próprios e da burguesia – sua aliada. O que vemos em Araucária são bairros esquecidos, com UPAS e escolas em péssimas condições, asfaltos péssimos (apesar do aumento de impostos para a população), enquanto em áreas centrais (especialmente próximas a determinados comércios) o investimento é de primeiro mundo. Um exemplo disto são os sinalizadores de led, que começam na entrada da cidade e seguem até um determinado ponto estratégico, não sendo vistos em outros pontos.

Qual é a real função de um governo?

Atuar de acordo com seus próprios interesses enquanto o povo e os servidores penam para garantir o prato

de comida na mesa e as contas em dia?

O prefeito se vangloria por ser empresário. Em uma gestão pública isso não é virtude. A Prefeitura não é uma empresa que visa garantir lucros. É uma instituição pública que precisa proporcionar à população a assistência aos seus direitos. Para isso, é necessário organização, investimento e comprometimento. Também é fundamental ouvir a população e os funcionários públicos, buscando atender às necessidades populares, e não governando em causa própria.

Os servidores públicos permanecem com salários defasados, sem crescimento na carreira e vale-alimentação sem reajuste. Servidores aposentados estão em más condições de sobrevivência, pois tiveram direitos retirados. Porém, aqueles que estão lá em cima seguem bebendo champagne ao fim do expediente. Não ficaremos calados às afrontas que nos circundam!

Debates

Carreira será o tema do Fórum em Defesa da Escola Pública

A comissão organizadora do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública já começou a preparar a vigésima sessão, que ocorre neste ano. A primeira reunião ocorreu no dia 22 de maio, no Sismmar. A próxima será em 19 de junho.

O tema proposto para os debates é Carreira e Valorização dos Trabalhadores da Educação e os grupos de trabalho são: Carreira (valorização, desenvolvimento); Jornada de Trabalho (funções, regime de trabalho, investimento no cargo); Previdência; Formação Inicial e Continuada e Saúde do Trabalhador da Educação.

Este assunto é bem pertinente neste momento em que o governo quer mexer no PCCV para retirar direi-



Próximo encontro da comissão organizadora será em 19 de junho

tos e os professores querem tornar único os cargos dos profissionais do magistério, a fim de assegurar isonomia de direitos.

As datas indicadas para o fórum são 20 e 21 de setembro. Este e vários itens ainda podem ser alterados,

uma vez que os trabalhos ainda estão sendo organizados.

Além do Sismmar, estiveram representados o Conselho Municipal de Educação, a Secretaria da Educação, as escolas Balbina, Marcelino, Sebatião Tavares, Delani, Pedro Biscaia e o Cmei Capinzal.

Campanha de Lutas

Sismmar busca negociação da pauta do magistério

Além das negociações encaminhadas em conjunto com o Sifar, pela pauta unitária dos servidores, o Sismmar também tem buscado negociações com o governo sobre a Pauta Prioritária do Magistério (abaixo).

Para o dia 11 de junho, após o fechamento desta edição, estava marcada reunião para tratar destas questões.

O resultado desta reunião você pode conhecer acessando o site www.sismmar.com.br e pelas redes sociais.



Pauta prioritária do Magistério

Salário

Incorporada na pauta conjunta dos servidores

Carreira

- Revogação do parecer 1087/2013, que congela a carreira dos professores da Docência I e imediato pagamento das promoções verticais
- Defesa da carreira dos professores da Docência II
- Implantação das promoções e progressões de aposentados que adquiriram o direito e se aposentaram após 2013
- Reenquadramento dos aposentados que têm este direito, retroativo a 2008
- Pagamento retroativo das promoções e progressões que não foram pagas de 2013 a 2017
- Implementação da aposentadoria especial para pedagogas/os

Condições de trabalho

- Aplicação da hora-atividade de 1/3 da jornada (Lei 11.738/08) a todos profissionais do magistério
- Ampliar as nomeações de professores da Docência I até atender toda a demanda com 1/3 de hora-atividade
- Convocação das/os pedagogas/os concursadas/os para cumprir a Resolução 04/16, do CME, sobre o dimensionamento de pedagogas/os por unidade
- Regulamentação imediata das substituições
- Garantia de eleições democráticas para direções das unidades educacionais, sem prejuízo à carreira dos eleitos



Conjuntura

É hora da greve geral!

Contra os abusos do capital é necessária a insurgência da classe trabalhadora

Os índices do governo dizem: “a inflação não aumentou”. As contas do mercado, combustível, luz, gás, dizem: nosso custo de vida está mais alto!

Governos seguem a mesma lógica: não reajustam os salários dos servidores e deixam de pagar avanços na carreira, fazendo corroer as condições materiais de existência dos trabalhadores e trabalhadoras. Não satisfeitos, pioram as condições de trabalho, com menos horas-atividade para as professoras e professores, redução do quadro de funcionários e precarização do trabalho. Essa é a política hegemônica no país nos níveis federal, estadual e municipal: intensificação de trabalho e achatamento salarial.

Diante disto, vemos algumas tentativas de resistência de categorias isoladas.

Os caminhoneiros, apesar de contradições, demonstraram sua força, conseguiram colocar o governo em xeque, assumiram uma pauta – a garantia do preço mínimo do frete – que confrontou a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e os ruralistas.

Temer abriu mão de impostos para atender a reivindicação, assumindo que farão novos cortes em saúde e educação para cobrir a redução



Caminhoneiros pararam o país pela redução do preço do diesel

de preço do diesel. A força do movimento também derrubou Pedro Parente, ex-presidente da Petrobrás, que não resistiu e pediu demissão.

Mas isso só não basta. Precisa mudar a política de preço do combustível dolarizado e atrelado ao barril internacional do petróleo. É importante lembrar que, na gestão Pedro Parente, a Petrobrás manteve refinarias ociosas enquanto importa combustível refinado do exterior, numa política claramente orientada para beneficiar multinacionais do petróleo.

Que os ricos paguem a conta

A reivindicação da redução dos impostos sobre o consumo é necessária e justa. Porém, deve ser atrelada ao aumento de impostos sobre

os ricos e milionários. É inaceitável que carros de passeio sigam pagando IPVA, enquanto os helicópteros são isentos, como a baixa carga tributária de herança, sobre os lucros e dividendos, etc.

Além dessa política tributária que alivia para os ricos e milionários, devemos lembrar que Michel Temer fez um “refinanciamento” das dívidas de ruralistas e latifundiários que chegou a incrível marca dos 60 bilhões de reais. Isto representa um valor seis vezes maior do que o custo gerado pela redução do preço do diesel.

Uma bomba relógio prestes a explodir

O governo federal postergou, mas não conseguiu desarmar a bomba em seu colo. A economia não dá si-

nais de melhora. O preço internacional do barril de petróleo ainda irá aumentar. As consequências de políticas como a de congelar gastos começarão a ser sentidas pela população, o que aumenta o descontentamento geral. Assim, o governo não consegue superar os 5% no índice de aprovação.

Outras categorias se somaram à luta dos caminhoneiros pela redução do preço da gasolina e gás, como os rodoviários de Florianópolis, municipais de Cachoeirinha (RS).

Os petroleiros também foram à greve para denunciar a política de preços dos derivados de petróleo e resistir à privatização de refinarias a demissão do lobista Petro

Parente.

Porém, não conseguiremos enfrentar essa política neoliberal de austeridade, que piora nossas condições de vida e trabalho, com mobilizações fragmentadas. É necessária uma greve geral da classe trabalhadora

Uma luta da classe trabalhadora

É hora de envolver as diversas categorias nas lutas gerais da classe trabalhadora.

Já demonstramos nossa força nas greves nacionais de 15 de março e 28 de abril de 2017. Demonstramos, com a marcha para Brasília, a disposição de luta dos trabalhadores.

É necessário colocar na ordem do dia a grande força da classe trabalhadora: **a GREVE GERAL!**



Petroleiros denunciaram a política de preços dos combustíveis e pararam contra a privatização das refinarias

Gastos pessoais de Beto Richa teriam sido pagos com propina

Quem acusa é Maurício Fanini, ex-diretor da Secretaria da Educação em proposta de delação premiada

Gibran Mendes - *porem.net*

O ex-diretor da Secretaria Estadual da Educação do Paraná, Maurício Fanini, teria sido o intermediário de repasses de propinas que serviriam para o pagamento de gastos pessoais e de campanha do ex-governador, Beto Richa (PSDB). As afirmações cons-

tam na proposta de delação apresentada por Fanini ao Ministério Público. O documento, divulgado pela RPC, contudo, ainda não teria sido homologado pela ausência de acordo entre as partes.

Fanini, que já foi preso duas vezes, é acusado de desvio de recursos públicos para construção e reformas

de escolas estaduais. A Operação Quadro Negro estima que cerca de R\$ 20 milhões deixaram o erário, entre 2011 e 2015, segundo o Ministério Público, para abastecer o caixa de Beto Richa, tendo o ex-diretor como intermediário.

Os valores teriam sido arrecadados entre 2002 e 2015 auxiliando nas campanhas de Richa para a Prefeitura de Curitiba, além da eleição e reeleição ao Governo do Paraná. Segundo a reportagem da RPC, os recursos também seriam destinados para seus

familiares, seja para campanhas políticas ou gastos pessoais. Uma das afirmações de Fanini dá conta de que um apartamento para Marcello Richa, filho do ex-governador, teria sido comprado a partir dos recursos desviados dos cofres públicos.

Segundo Fanini o esquema teria começado ainda em 2001, quando Richa era vice-prefeito de Curitiba. O ex-diretor da Secretaria da Educação, naquele momento, ocupava cargo na Secretaria de Obras de Curitiba.

Após curto período afastado do ex-governador, por conta da insuficiência de recursos arrecadados diante da necessidade de pagamento dívidas da campanha, ele teria retornado a arrecadar já pensando na reeleição de Richa à prefeitura de Curitiba, em 2004.

De acordo com a investigação, os valores eram desviados por meio de aditivos e outras manobras contratuais com empreiteiras, sobretudo a Valor, considerada peça-chave na Operação Quadro Negro.

Toma lá dá cá

Candidato ao Senado, o ex-governador Beto Richa já recebeu o apoio do prefeito Hissam. Além da afinidade política, houve injeção de recursos estaduais no Município